

UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LETRAMENTO NUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Luanda Rejane Soares SITO¹

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar os eventos de letramento vivenciados por lideranças de uma comunidade quilombola gaúcha em um contexto de regularização de suas terras; com a finalidade de entender a constituição de sua Associação Comunitária Quilombola local em uma Agência de Letramento. Essa análise, que tem por base a perspectiva da Linguística Aplicada e parte do viés sócio-cultural dos Estudos do Letramento, busca ter um olhar crítico para como se dá o uso da escrita na comunidade. A singularidade desse contexto nos estudos sobre letramento indica sua relevância.

Palavras-chave: Eventos de letramento; Comunidades quilombolas; Escrita.

RESUMEN: El objeto de investigación de este estudio son eventos de literacidad que vivieron liderazgos en una comunidad negra rural, en el sur de Brasil, en un contexto de regularización de la propiedad de sus tierras. El objetivo principal es analizar esos eventos y entender la constitución de la Asociación local en una Agencia de Literacidad. Ese análisis, que tiene por base la perspectiva de la Linguística Aplicada y las orientaciones teóricas del abordaje teórico sociocultural de los Estudios de la Literacidad, busca tener una mirada crítica para cómo se da el uso de la escritura en la comunidad.

Palabras-clave: Eventos de literacidad; Comunidades negras rurales; Escritura.

Introdução

Minha chegada à discussão quilombola se deu em 2004, quando ingressei no Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo - IACOREQ/RS para realizar um trabalho de assessoria política às comunidades quilombolas junto ao movimento social negro. Nesse momento, inseri-me nos debates e na luta quilombola, que vinham ganhando muita visibilidade na esfera política e acadêmica, a partir do fortalecimento das Associações Quilombolas e da formação de lideranças comunitárias, o qual consistia em encontros nas comunidades para discutir a relevância da Associação Comunitária local e questões legais do direito a terra com base no artigo 68. Assim, acompanhava as oficinas que visavam ao domínio da documentação e da produção escrita necessária para a Associação por parte das lideranças. Também nesse ano, como aluna da graduação em Letras, realizava a disciplina de Linguística & Ensino², na qual li e discuti pesquisas da área da Linguística Aplicada, dentre elas, os Estudos de Letramento. Com as provocações realizadas na disciplina para o tema do uso social da escrita e com a experiência junto aos quilombos, aliei os questionamentos de pesquisa dos trabalhos que víamos em aula à realidade que via nos trabalhos de assessoria política. Dessa forma, construí uma primeira pergunta

1 Mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP), bolsista CAPES. Email: luandasito@gmail.com

2 Disciplina ministrada pelos professores Dra. Ana Maria S. Zilles e Dr. Pedro de Moraes Garcez, na Graduação do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no semestre 2004/2.

de pesquisa³ no ano de 2005, que já seguia um perfil qualitativo de cunho etnográfico dentro da perspectiva dos Estudos de Letramento. A questão que guiou o trabalho foi: *Como a comunidade utiliza a língua escrita?*

Neste artigo, mantenho o foco na maneira como essa comunidade quilombola localizada no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul utiliza a língua escrita. Para isso, refinei a investigação ao ter como conceito de análise os *eventos de letramento* (Heath, 1982) vivenciados por lideranças locais durante o contexto de regularização fundiária. Busco apresentar e analisar dados de minha pesquisa de mestrado, financiada pela CAPES e inserida no grupo *Letramento do Professor*, coordenado pela professora Dra. Angela Kleiman, quem também orienta esta pesquisa. A investigação é de cunho etnográfico e de base metodológica qualitativa.

Para isso, na primeira seção, apresento a comunidade participante desta pesquisa e seus valores sobre as escritas locais. Na segunda seção, apresento minha perspectiva teórica; sigo, na terceira seção, discutindo o processo de formação da Associação Comunitária e suas implicações para o uso da escrita, para, por fim, na quarta seção, analisar interações nas quais as lideranças lidam com as repercussões da produção da ata. Em seguida, retomo algumas questões nas considerações finais do artigo.

1. Um quilombo no litoral norte gaúcho

No ano de 2005, desenvolvia-se no IACOREQ um projeto de formação política com lideranças quilombolas em parceria com a FAPEU/USFC, chamado “*Pesquisa e mobilização social por uma sociedade sem racismo*”⁴. Os objetivos eram assessorar a Associação Comunitária local e auxiliar na elaboração de um parecer técnico complementar ao laudo sócio-antropológico⁵ realizado pela antropóloga Ilka Boaventura Leite, em 2005; ambos com a finalidade de contribuir para a titulação das terras. Foi nessa experiência que conheci a comunidade de Casca, localizada no litoral gaúcho, que já ganhara visibilidade por ter sido o primeiro quilombo no sul do Brasil a ser reconhecido.

A população negra de Casca⁶, desde 1827, possui o direito a suas terras por ter recebido de Dona Maria Quitéria, senhora viúva e dona de uma fazenda, parte de suas terras através de um testamento e, com isso, os ex-escravos tomaram-se donos da propriedade em que viviam. No entanto, ao longo do tempo sofreram esbulho, com perdas para os moradores do entorno (Leite, 2004, p. 79). O documento,

3 Esta pergunta culminou em minha monografia de final de curso (Sito, 2006b).

4 Este projeto foi realizado em um convênio entre a organização Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo, a quem agradeço a oportunidade de inserção no campo da luta quilombola, e a FAPEU/UFSC.

5 O laudo é uma peça técnica do processo de regularização e foi realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, por solicitação do INCRA.

6 É importante observar que quando cheguei em Casca, a comunidade quilombola em questão, os próprios moradores já se denominavam como uma “comunidade”. Mesmo assim, minha compreensão é de que o conjunto “comunidade” é também eivado de conflitos, heterogeneidades e várias vozes dissonantes.

reconhecido pelos moradores na comunidade como algo que lhes garantiu a propriedade da área em que vivem, era um escrito de forte valor no local. Segundo as lideranças da comunidade, a disputa jurídica pelo título da terra existe há muitos anos e o testamento ou “o documento da deixa” sempre lhes deu segurança.

2.1. Práticas de letramento locais

Ainda que o testamento não tenha garantido que as terras da comunidade fossem mantidas sem perdas para os descendentes dos escravos, ele é um dos escritos mais importantes por ser a marca de tudo que lhes foi legado por Dona Quitéria, o que pode ser um elemento relevante para a valorização da escrita pela comunidade. O documento sempre foi guardado por um morador mais velho, em uma pasta que era delegada a outro cuidador quando havia a morte daquele. Ao mesmo tempo, os descendentes comentam que sabiam do peso do documento, mas percebiam que ele não tinha a mesma força para a comunidade deles por não lhes ter garantido a titulação. Ou seja, embora com o testamento, a luta para se manterem no local foi necessária ao longo dos anos frente aos processos de perda que ocorreram.

Em 1996, a comunidade reivindicou o reconhecimento quilombola e passou a requerer o título com base no artigo 68. Desde essa data, há um processo administrativo no Ministério Público Federal sobre Casca. Alguns anos após a abertura desse processo, foi solicitada pelo INCRA a realização do laudo sócio-antropológico, publicado em livro em 2004, com o título “O legado do testamento” (Leite, 2004), no qual constou uma versão escrita da história da comunidade para provar a legitimidade de sua identidade étnica frente ao Estado. A publicação foi distribuída para todas as famílias da comunidade, estando disponível na casa de muitas delas.

Na prática, a dinâmica de elaboração do laudo, a partir de diversas entrevistas com os mais velhos sobre a história passada do grupo, provocou neste o desejo de conhecer melhor sua história – muitas vezes silenciada⁷. Uma valorização por ser “descendentes de escravos”, geralmente a primeira definição que ouvíamos em campo para o conceito de quilombola, passa a se fortalecer no local. O laudo, para Anjos (Anjos; Silva, 2004), “é também um dos lugares (certamente, não o mais importante) de insurgência da comunidade remanescente de quilombos como sujeito político” (p. 16). Verter para o escrito as histórias seculares aprendidas no oral para um processo de comprovação identitária frente às instituições estatais requer um entendimento das novas funções que essa escrita da história pode mobilizar no grupo e em sua identidade. Esse documento é muito relevante para compreensão das concepções locais sobre a escrita, pois o laudo se pretende ser a história escrita do grupo sobre o qual a conta.

Assim, no que se refere aos escritos, tanto o testamento quanto o laudo, são escritos relevantes no local: o primeiro, por ser um texto de fundação da propriedade dos troncos velhos da comunidade,

⁷ A discussão feita por Sheriff (2001) contribui para entender melhor as estratégias de silenciamento no enfrentamento ao racismo.

reconhecido localmente como um documento de segurança das terras; e o segundo, por conter a história local através do registro escrito. E no que se refere às interações mediadas pela escrita, a circulação em esferas de mobilização política parecem indicar um movimento na direção de produzir documentos escritos conjuntos de autoafirmação étnica: um “nós quilombola”.

2. Perspectiva sócio-cultural dos Estudos de Letramento

Alinhada à postura crítica e transdisciplinar da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006), utilizo como núcleo de análise interações que sejam mediadas por e/ou se relacionem com a escrita, a partir da orientação teórica e epistemológica dos Estudos do Letramento (Heath, 1982; Kleiman, 1995). Em minha investigação, com base em uma metodologia qualitativa de pesquisa (Denzin; Lincoln, 2006), foram empregados métodos etnográficos de observação participante e entrevistas semi-estruturadas. As notas de campo foram escritas ao longo das observações feitas entre os anos de 2005 e 2006. As entrevistas com as lideranças locais, que foram posteriormente segmentadas e transcritas, foram realizadas na comunidade no ano de 2006.

O construto teórico dos Estudos de Letramento é uma abordagem social e etnográfica que permite compreender que as práticas de escrita são constituídas situadamente em instituições e práticas sociais. Dessa forma, contribui para análises que queiram ter um olhar mais crítico para as relações de poder, as quais se (re)constituem em diferentes práticas de letramento na nossa sociedade. Esse olhar crítico também pode possibilitar uma reflexão de como trabalhar para democratizar o acesso a essas práticas no ensino da língua escrita.

Nessa abordagem, o oral e o escrito não são compreendidos como variedades da linguagem separadas ou dicotômicas; mas sim como imbricadas intrinsecamente e com funções e valores que se diferenciam de acordo com as práticas sociais dos diferentes grupos humanos. A lingüista aplicada Angela Kleiman (1995), ao discutir a relação oral/escrita, afirma que:

o nosso entendimento das diferenças nas práticas discursivas de grupos socioeconômicos distintos devido às formas em que eles integram a escrita no seu cotidiano tem avançado devido a estudos que adotam um pressuposto que poderia ser considerado básico no modelo ideológico, a saber, que as práticas de letramento mudam segundo o contexto. (Kleiman, 1995, p. 39)

A constituição das práticas de letramento é um processo que se dá em meio aos discursos e práticas em agências de letramento, espaços legitimados socialmente (ou não) que promovem usos e valores para a escrita; por exemplo, no espaço familiar, no trabalho, em espaços de atividades educativas e lutas políticas, em organizações ou associações. Nesse sentido, outros valores se relacionam com os atribuídos à escrita, como, por exemplo, o questionamento do uso de nota fiscal em contraponto à confiança do outro, conforme pude analisar em artigo anterior (Sito, 2008).

Além disso, neste campo teórico, o uso da escrita implica constituições identitárias. Assim, compreende-se que as próprias práticas de letramento do processo de luta pela terra produzem essa identidade quilombola. Em Casca, a identidade de "terra de preto" esteve por anos vinculada ao testamento, por assegurar-lhes as terras frente aos embates com a sociedade de seu entorno, e agora está vinculada também ao laudo, por traduzir a história local para uma versão escrita.

No estudo de cunho etnográfico que desenvolvi ao longo de 2005 e 2006 (Sito, 2006), observei que a visibilidade e o contato com a escrita aumentaram no âmbito da Associação, organização construída por conta do processo de titulação das terras que exigiu práticas letradas para sua administração. Junto a isso, percebia que a exigência da ata por parte de agentes institucionais públicos provocava tensão entre a concepção de confiança local, baseada na oralidade, e o valor de confiança dos agentes públicos externos, calcado na escrita.

A partir dessas cenas, parece relevante perceber que o processo de regularização do território desencadeou uma série de eventos nos quais a escrita se fez necessária. A constituição da Associação Comunitária, como uma entidade jurídica, exigiu a produção de materiais escritos que antes não eram necessários na organização política local. Além disso, o contato com os Ministérios e outros agentes públicos com a finalidade de acessar a recursos direcionados às comunidades quilombolas também exigiu outras práticas para controle financeiro. A partir das entrevistas e observações participantes foi possível apontar nas interações cotidianas fora do âmbito da Associação que a língua escrita não era exigida como meio de confiança, nos quais o uso da linguagem oral, o ato de "dar a sua palavra", era adequado e suficiente. As experiências de perda de terras, ainda que com propriedade garantida por meio de documentação escrita, podem ajudar a entender a relação entre (des)confiança e uso da escrita.

3. A fundação da Associação Quilombola

A Associação Comunitária de Casca, fundada em 1999, é para a comunidade um espaço de sociabilidade. A sede atual está assentada num lote doado por um dos moradores e é onde são realizadas reuniões, encontros, cursos e bailes. Essa Associação Comunitária Quilombola, como muitas outras, teve sua construção devido ao processo de titulação que vivenciavam.

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que assegura os processos de titulação quilombola, diz que: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (ADCT/Constituição Federal de 1988). Esse artigo garante a essas comunidades o direito à propriedade sobre as terras utilizadas e foi regulamentado somente no Decreto 4.887/2003, o qual "regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação,

marcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”⁸. Esse decreto também exige a constituição de um agente jurídico para representação da comunidade em uma Associação, conforme segue:

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Por conta dessas exigências e pela necessidade política, os moradores de Casca formaram sua Associação local. Para sua constituição, membros do movimento negro⁹ também participaram por meio de oficinas para formação de lideranças e de discussões e elaboração do estatuto da Associação. Nesse mesmo período, a comunidade vivenciava o processo de realização do laudo sócio-antropológico e a negociação para acessar algumas políticas públicas no estado, como o RS Rural Quilombola¹⁰. Todos esses processos geravam um grande número de reuniões, as quais eram realizadas na sede da Associação. Em pouco tempo, a sede passou a ser um espaço de referência para a luta pelo título, espaço no qual se tomavam decisões sobre os rumos da titulação.

No caso do Rio Grande do Sul, foi somente no final da década de 90 que o processo de titulação quilombola se acelerou. No contexto nacional, o conceito de “remanescente de quilombo” se ampliava mediante os estudos antropológicos e o crescente número de solicitações de reconhecimento, deixando de ser entendido como um resquício dos antigos quilombos para ser entendido dentro do campo da etnicidade¹¹. Nessa nova compreensão, o antropólogo Alfredo Wagner aponta que o conceito de remanescentes de quilombos seria uma unidade social baseada em novas solidariedades, a qual estaria sendo construída a partir de formas de resistência que se consolidaram historicamente e do advento de uma existência coletiva capaz de se impor às estruturas de poder que regem a vida social (Almeida, 2002, p. 79). Na comunidade, a produção do laudo e o processo de titulação também promoveram uma apropriação (e produção) do que seria ser quilombola.

A aceleração do processo de titulação se deve à mobilização das comunidades quilombolas para dar continuidade ao processo de regularização dos territórios remanescentes de quilombo, que no estado é de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Com isso, essa

8 Decreto 4.887/2003. Esse decreto passou por mudanças na Câmara dos Deputados, em 2008, por pressão da chamada “bancada ruralista”, liderada pelo Partido dos Democratas, que reivindica a inconstitucionalidade do artigo 68.

9 O Instituto de Assessoria a Comunidades Remanescentes de Quilombo (IACOREQ) participa desse processo de regularização junto à comunidade desde 1999.

¹⁰ O RS Rural Quilombola foi uma política pública do governo do Estado do Rio Grande do Sul que visava aplicar o modelo de etnodesenvolvimento através de uma metodologia participativa, voltado para as comunidades quilombolas.

¹¹ Para uma discussão maior sobre quilombos e etnicidade, inserida no campo da memória, ver Mello (2008).

comunidade se inseriu em contatos e disputas com novos atores representantes de entidades civis e instituições públicas, emergindo como agentes políticos. Entre elas, estão o Ministério Público, na área jurídica; o INCRA, na regularização e titulação; as Universidades, na elaboração de laudos; os Movimentos Negros, na assessoria e mediação desses contatos, bem como as Prefeituras locais. Olhando para as lideranças quilombolas, é preciso ter em vista sua circulação nos campos jurídicos e acadêmicos (laudos): o primeiro por conta de que a maioria das negociações das terras se dá na esfera jurídica; o segundo por conta da produção dos laudos ser feita por equipes de acadêmicos que circulam em torno de um ano em contato com as famílias para o levantamento das informações para o documento que visa a ser uma peça jurídica de comprovação da identidade étnica diferenciada.

Dessa forma, gostaria de destacar duas questões que esse processo de titulação dos territórios quilombolas põe em jogo: o primeiro, a identidade étnica, por ser a reivindicação da identidade quilombola um processo de “auto-identificação” do grupo, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; a segunda, por conta de o título das terras ser coletivo, as normas para titulação exigem a constituição de uma entidade jurídica – uma Associação Comunitária – para o recebimento do título e representação do grupo. Tanto a estrutura da Associação, que exige atividades letradas distintas das práticas da comunidade, quanto à emergência das lideranças como atores políticos, colocam-os de frente a um grande número de eventos nos quais necessitam lidar com práticas de escrita.

4. Os conflitos na produção do gênero ata

Com a atenção voltada ao uso da escrita no local, foi possível perceber que havia práticas de letramento no cotidiano da comunidade muito vinculadas a práticas escolares e registros financeiros em cadernos, bem como vinculadas à história do testamento, que pareciam possuir um papel simbólico importante na valoração do escrito. Na sede da Associação, percebi ao longo das observações, que os usos de escrita eram mais voltados à administração da Associação. Essas práticas de letramento envolviam a secretária¹², as lideranças locais e as famílias que freqüentavam a sede. Assim, o uso da escrita na sede, em geral, ocorria na redação de atas e no controle de caixas, na leitura de documentos e em cartazes fixados na parede, na realização de um curso de alfabetização e na construção de uma biblioteca (esses dois últimos na própria sede).

Conforme a apresentação do contexto feita na segunda seção, é importante perceber a resistência e o conflito na interação com a escrita. Nesse primeiro excerto analisado, apresento uma nota de diário de campo referente ao uso da nota fiscal, material escrito utilizado em vários tipos de transações comerciais.

12 As secretárias eleitas até hoje não eram lideranças locais. Eram escolhidas, segundo entrevistas, de acordo com o nível de escolaridade e todas eram mulheres.

Excerto 1

Numa conversa com Dona Liza¹³, vice-presidente da Associação, ela falava sobre um Projeto¹⁴ do qual a comunidade participava e em que realizavam as compras coletivamente, com a finalidade de conseguir baixar os custos. As compras eram feitas por uma equipe para todas as famílias que participavam do Projeto. Relatando uma das compras, ela contou sobre uma em que uma das moradoras, após fazer as compras, organizou as sacolas de cada família e, como gostaria de identificar as sacolas, pegou o papel que tinha nas mãos – a nota fiscal da compra – e *o rasgou* para identificar as sacolas, colocando no verso o nome das famílias.

O ato de rasgar a nota e, logo após, usá-la como rótulo para identificação das sacolas mostra que este tipo de material – a nota fiscal – não era visto em sua funcionalidade de comprovar ou registrar a compra, mas sim como um suporte, um pedaço de papel para anotações. Nesse evento, parece que o uso da escrita para identificar as compras fazia parte das práticas sociais locais; ao mesmo tempo, a necessidade da comprovação da compra através do papel (nota fiscal) pareceu ser dispensável para essa moradora. É importante levantar que a participação no projeto, chamado Compras Coletivas, apareceu como um evento motivador da exigência do uso da nota fiscal, já que ela passou a ser exigida pela equipe do projeto, outro agente externo envolvido com quem interagiam.

Nos segundo e terceiro excertos, apresento como tópico a confecção da ata. Ambos fazem parte de uma entrevista com Dona Liza, sobre os materiais escritos que circulavam na Associação.

Excerto 2

o negócio da ata foi num encontro agora nesse encontro que a gente esteve lá no na Justiça Federal lá na... é que eu cobrei do pessoal do INCRA (...). E ele disse que não, que ele não tinha falado isso. E eu disse pra ele que estava na ata, e ele disse “não está, Dona Liza”. E folhou a ata e realmente não estava. Foi um esquecimento de não anotar. (Dona Liza, 01/03/2006)

Nessa fala, Dona Liza relatou um evento em que sofreu prejuízo em decorrência da seleção de informações que registraram na ata. Neste evento, uma negociação feita com o INCRA deixou de ser registrada por parte da comunidade e, ao ser cobrada oralmente, não foi honrada. Dona Liza lamentou não ter sido anotada a promessa feita pelos representantes da Instituição. Essa relação com o INCRA se mostrou, neste evento, conflituosa para a comunidade. Mesmo que haja uma sociabilidade no âmbito da Associação entre os diferentes agentes, quando ocorrem essas negociações conflitivas, as lideranças da comunidade vão percebendo outras funções dos documentos escritos que produzem e que, para os agentes externos, nem sempre a palavra basta. O próximo excerto segue essa discussão.

13 Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

14 Projeto Compras Coletivas, gerenciado pelo Ministério do Trabalho, financiado pela Petrobrás. Seu objetivo tinha dois focos: baixar custos de compras externas e promover a compra dos produtos das comunidades.

Excerto 3

Entrevistadora: A princípio, pra que que serviu as atas pra vocês?

Dona Liza: Porque a ata é um documento. O que tá escrito na ata é um documento. Tanto é que a ata... a ata é registrada em cartório, né. Então é um documento que a gente tem pra pressionar o pessoal, que ali tá *a palavra deles, né*¹⁵?!
(Dona Liza, 01/03/2006)

Aqui Dona Liza explicita que passou a ver a ata como um documento de pressão do “pessoal”, os agentes externos. Quando diz “ali tá a palavra deles, né!?”, Dona Liza levanta um fator fundamental de percepção dos conflitos: a escrita da ata registra *a palavra deles*, “dos de fora”, distinguindo-se deles por ter em sua comunidade uma relação de confiança baseada na palavra prometida oralmente. Ao mesmo tempo, para caracterizar as relações de confiança entre os antigos na sua comunidade, Dona Liza traz um ditado de seu pai: “*Antigamente, o bigode era palavra dada*”, afirmando que bastava o compromisso através da palavra dada para que se cumprisse o prometido. Esse ponto de diferença, que se transformou em conflito quando houve ônus para a comunidade (como o que sofreram na negociação com o INCRA), é relevante para entender melhor as diferenças nos valores atribuídos ao escrito e ao oral na comunidade envolvida. Além disso, o conflito vivenciado junto ao INCRA por conta da seleção de itens para a ata ajuda a entender como a comunidade está vivenciando essa pressão de emergência e difusão de práticas de letramento dominantes (KLEIMAN, 1995), na medida em que estão em interação com instituições legitimadas.

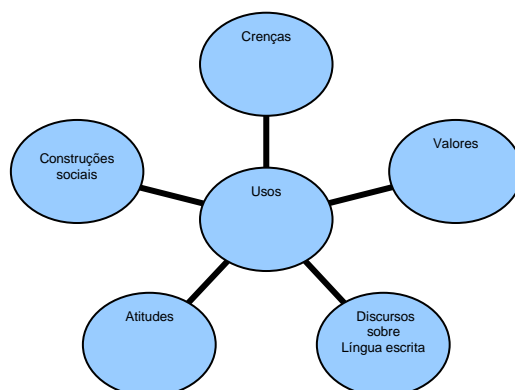
A análise da entrevista precisa levar em conta que há um paradoxo presente no discurso dessa liderança que, ao mesmo tempo em que luta pela preservação e pelo direito de sua comunidade, reitera o discurso dominante sobre a escrita. Mas as observações feitas no local somam no entendimento das práticas de letramento, justamente porque conseguem mostrar a emergência de estratégias criadas para lidar de modo resistente com os usos de escrita que chegam.

Nesse sentido, como contraponto, nas semanas seguintes a este fato, algumas das lideranças comentavam a necessidade de gravar as reuniões locais para não perder nada das informações faladas. Assim, a idéia era que a diretoria reservasse parte dos recursos para a compra de um gravador e fitas para que a secretaria pudesse registrar por escrito, mas também via oral. Dessa forma, o registro oral passaria a fazer parte das reuniões e possibilitaria um acesso maior ao que foi debatido, respeitando a presença da oralidade nas interações locais. Essa estratégia demonstrou uma resistência local em lidar com a escrita sem se “render” a ela, o que me ajudou a compreender as estratégias locais para esses usos da escrita, mostrando, “por dentro”, as práticas de letramento. Isso, justamente, porque o objetivo do trabalho é olhar para as estratégias criadas no local para lidar com essas demandas de escrita a partir dos conflitos internos e da história das práticas de letramento locais.

¹⁵ Destaque da autora.

Assim, creio que é possível sintetizar, no gráfico abaixo, os itens envolvidos na constituição das práticas de letramento locais:

Gráfico 1 - Práticas de letramento¹⁶



5. Considerações finais

A partir dos dados analisados, foi possível apontar que a observação dos eventos de conflito é bastante relevante para compreender as relações estabelecidas entre os “de dentro” e os “de fora”. No caso do contexto analisado, o processo de titulação reorganizou socialmente as pessoas, inserindo-as em um campo de disputas políticas e exigindo uma gama de práticas sociais permeadas pela escrita por conta dos novos contatos que passaram a ser estabelecidos.

Essa reorganização por conta da regularização do território quilombola, que perpassa as interações na sede da Associação Comunitária, promoveu eventos conflituosos para essas lideranças e mobilizou-as na busca de novas estratégias para lidar com os usos da escrita (RATTO, 1995; HASSEN, 2003). Dessa forma, para entender as práticas de letramentos nesta comunidade, mostrou-se fundamental atentar para as estratégias de resistência criadas pelas lideranças quilombolas ao lidar com a escrita, mais do que o discurso de valorização desta modalidade de linguagem, como demonstrou a estratégia de gravação em áudio da reunião.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANJOS; José Carlos; SILVA, Sérgio B. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

¹⁶ Com base em Jung (2003, p. 66).

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. 2.ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006. tradução de Sandra Regina Netz.

HASSEN, Maria Nazareth A. **Eventos e conjuntura de letramento: a vila de Itapoã e os alfabetizando do grupo atuante de mulheres**. Tese de doutorado (Doutora em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, UFRGS, 2004.

HEATH, Shirley Brice. What no bedtime story means: narrative skills at home and school. In: **Language and Society**, (11), p. 49-76, 1982.

JUNG, Neiva Maria **Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilingue**. Tese de doutorado (Doutora em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, UFRGS, 2003.

KLEIMAN, Angela. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

_____. Introdução: o que é letramento? In: KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em Perícia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como lingüista aplicado. In: _____. **Por uma lingüística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. pp. 13-43

_____. (org.) **Por uma lingüística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1995.

SITO, Luanda. *Tudo tem que estar na ata*. Um estudo sobre letramento numa comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, XVIII, 2006a, Porto Alegre. **Anais do XVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS. 1 CD-ROM.

_____. **Associação comunitária como agência de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul**. 53 f. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciada em Letras) - Curso de Letras, Departamento de Lingüística, Filologia e Teoria Literária, UFRGS, Porto Alegre, 2006b.

_____. **Antigamente, o bigode era palavra dada”**: Conflitos entre diferentes concepções de letramento numa comunidade quilombola. João Pessoa: Proling, Encontro Nacional de Letramento, 2008. CD-ROM. (trabalho completo).